

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DA ANDRADE
GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Avenida do Contorno, nº 8.123, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 04.031.960/0001-70 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário"; e

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A., sociedade com sede na Avenida do Contorno, nº 8.123, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.262.213/000194, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Interveniente Garantidora";

vêm celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A.", doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de novembro de 2006 e do Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 15 de dezembro de 2006, a serem arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG e publicadas no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais” e nos jornais “Diário do Comércio” nos termos do item 2.1.1 abaixo e do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 10.303/01. A constituição da garantia fidejussória das debêntures foi autorizada pela Diretoria da Interveniente Garantidora em reunião realizada em 23 de novembro de 2006.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

2.1.1.1 As atas da Assembléia Geral Extraordinária e da reunião do Conselho de Administração que deliberarem sobre a presente emissão de debêntures (“Emissão”) devem ser devidamente arquivadas na JUCEMG e publicadas no “Diário Oficial do Estado de Minas Gerais” e no jornal “Diário do Comércio”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 A presente Escritura será inscrita na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/01 e pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, e de acordo com a Instrução nº 400,

de 29 de dezembro de 2003, da CVM, e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4 Registro em Sistema de Liquidação e Custódia

2.1.4.1 As debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) deverão ser registradas (a) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro—, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e no sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC; e (b) para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes da ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e no sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada e registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários.

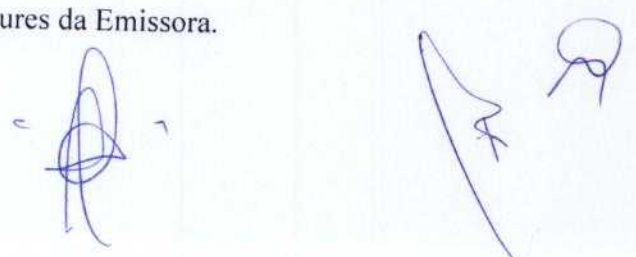
3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.



3.3 Montante da Emissão

3.3.1 O montante da Emissão é de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) de reais, em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.4 abaixo. A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o capital social da Emissora é de R\$701.284.030,00 (setecentos e um milhões duzentos e oitenta e quatro mil e trinta reais).

3.4 Distribuição Parcial

3.4.1 Não haverá distribuição parcial das Debêntures haja vista a colocação da sua totalidade em regime de garantia firme de subscrição pelas instituições intermediárias da Emissão.

3.5 Destinação dos Recursos

3.5.1 Os recursos captados através da presente Emissão serão utilizados para liquidar parte do principal e juros devidos nos termos de empréstimos-ponte tomados para a aquisição de participação societária na Rio Minas Energia Participações S.A.

3.6 Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, (i) através do SDT, administrado pela CETIP, com base das políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) através do sistema de negociação BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas.

3.6.1.1 Será permitida a coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, a partir da divulgação do prospecto preliminar e do protocolo do pedido de registro da Emissão na CVM, mediante procedimento a ser descrito em aviso a ser publicado nos mesmos termos do Anúncio de Início de Distribuição.

3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

3.7 Negociação

3.7.1 As Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP e no sistema de negociação BOVESPAFIX, administrado pela BOVESPA, sendo os títulos custodiados na CBLC.

3.8 Banco Mandatário

3.8.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND e/ou BOVESPAFIX.

3.9 Instituição Depositária

3.9.1 O Banco Bradesco S.A. será a Instituição Depositária das Debêntures desta Emissão.

3.10 Banco Escriturador

3.10.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Escriturador das Debêntures desta Emissão.

3.11 Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.11.1 A Emissora, a critério do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., coordenador líder da distribuição das Debêntures (“Coordenador Líder”), poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM, para que esta, a seu juízo, nos termos

do artigo 25 da Instrução nº 400/03, da CVM, assim autorize na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.11.2 É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.11.3 A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no prospecto da Emissão.

3.11.4 Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.8.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

3.11.5 Na hipótese de o debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no prospecto da Emissão.

3.11.6 Na hipótese do item 3.11.4 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.8.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 *Valor Total da Emissão*

4.1.1.1 O valor total da Emissão será de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo, observado o disposto nos itens 4.1.4.2 e 4.1.4.3 abaixo.

4.1.2 *Valor Nominal Unitário*

4.1.2.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais).

4.1.3 *Número de Séries*

4.1.3.1 A Emissão será em série única.

4.1.4 *Quantidade de Debêntures*

4.1.4.1 Serão emitidas 1.200 (mil e duzentas) Debêntures, observado o disposto nos itens 4.1.4.2 e 4.1.4.3 abaixo.

4.1.4.2 Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e da instituição intermediária líder da Emissão e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais, nos termos do item 4.5.3 abaixo.

4.1.4.3 Nos termos do "Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Andrade Gutierrez Participações S.A.", a Emissora

outorgou ao Coordenador Líder e aos demais coordenadores da Emissão (denominados, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”) a opção de, caso, mediante comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores, a procura pelas Debêntures apurada em procedimento de coleta de intenções assim justifique, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da Emissão, nas mesmas condições e preço constantes desta Escritura, até um montante de 15% da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (“Debêntures Suplementares”).

4.1.4.3.1 Na hipótese do item anterior, as instituições intermediárias da Emissão deverão informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da presente Emissão pela CVM.

4.1.5 *Data de Emissão*

4.1.5.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2006 (“Data de Emissão”).

4.1.6 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.6.1 O prazo das Debêntures será de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu valor nominal, acrescido da respectiva remuneração devida, calculada conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.7 *Forma e Emissão de Certificados de Debêntures*

4.1.7.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa-escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.7.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.7.3 Adicionalmente, (i) será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND; e/ou (ii) será expedido pela CBLC extrato de custódia em nome do debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas na CBLC, que igualmente servirá como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.1.8 *Conversibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures terão ainda garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora.

4.2 **Atualização do Valor Nominal**

4.2.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

4.3 **Remuneração**

4.3.1 *Juros Remuneratórios*

4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 104,10% (cento e quatro inteiros e dez centésimos por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o saldo do valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").

4.3.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir de 15 de junho de 2007, inclusive.

4.3.1.2.1 Define-se:

- i) “Período de Vigência de Juros”: espaço de tempo que se inicia na Data de Emissão e se encerra na data do efetivo resgate das Debêntures;
- ii) “Período de Capitalização”: intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos nas datas indicadas no item 4.3.1.2.1 acima, sendo o primeiro vencimento em 15 de junho de 2007 e o último em 15 de dezembro de 2012; e

4.3.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures.

“VNe” corresponde ao saldo do valor nominal de emissão da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.1.4 Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.1.7 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto.

4.3.1.7.1 No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou da data em que for verificada a impossibilidade de sua aplicação, conforme o caso, convocar assembléia de debenturistas para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios.

4.3.1.7.2 Caso titulares das Debêntures, reunidos em assembléia, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme item 3.5 abaixo) não aprovem o parâmetro proposto pela Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, na sua totalidade, pelo respectivo valor nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios, devidos desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de encerramento da assembléia geral de debenturistas a que se refere este item.

4.3.1.7.3 O resgate a que se refere o item anterior não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou do resgate, conforme o caso, será utilizado o mesmo percentual da última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*.

4.4 Repactuação

4.4.1 Não haverá repactuação.

4.5 Subscrição

4.5.1 Prazo de Subscrição

4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

4.5.2 Preço de Subscrição

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.2.3 O preço de subscrição apurado através do procedimento de coleta de intenções deverá ser divulgado nos mesmos termos do Anúncio de Início de Distribuição e do prospecto da Emissão e comunicado à CVM, à CETIP e CBLC até o dia útil seguinte ao dia em que for fixado.

4.5.3 Integralização

4.5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.5.4 Garantia Fidejussória

4.5.4.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Interveniente Garantidora presta fiança em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.5.4.2 A Interveniente-Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil Brasileiro.

4.5.4.3 O valor da fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão (o "Valor Garantido"). O Valor Garantido inclui: (i) o valor total do principal das Debêntures, incluindo as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares subscritas, acrescido da respectiva remuneração e dos encargos moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios do principal, inclusive as despesas judiciais.

4.5.4.4 O Valor Garantido será pago pela Interveniente Garantidora imediatamente após notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.5.4.5 A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 595 do Código de Processo Civil.

4.5.4.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas.

4.5.4.7 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 4.5.4, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada.

4.5.4.8 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data a Interviente Garantidora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.5.4.9 A Interviente Garantidora reconhece, desde já, como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.6 Amortização Programada

4.6.1 O valor nominal das Debêntures será amortizado de acordo com a tabela abaixo:

Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal, na Data de Emissão, a ser amortizado
15 de dezembro de 2010	33,33%
15 de dezembro de 2011	33,33%
15 de dezembro de 2012	33,34%

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema e pela CBLC, para as Debêntures registradas para negociação no Bovespa FIX; ou (ii) na sede da Emissora; ou (iii) na sede da Instituição Depositária ou, conforme o caso, (iv) por instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2 Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária à Emissora, à instituição financeira custodiante das debêntures, à Instituição

Depositária, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures.

4.7.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3 *Encargos Moratórios*

4.7.3.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4 *Não Comparecimento dos Debenturistas*

4.7.4.1 O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8 Comunicações

4.8.1 *Publicação na Imprensa*

4.8.1.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Diário do Comércio", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e no jornal "Valor Econômico", observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.8.2 *Comunicações*

4.8.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Praia de Botafogo, nº 300, 4º andar

Rio de Janeiro, RJ

At.: Lúcio Otávio Ferreira

Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (21) 2211-8000

Fax: (21) 2211-8032

E-mail: lucio.ferreira@agnet.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22.640-100

At.: Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746/4901

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e juarez@oliveiratrust.com.br

iii) Para a Interveniente Garantidora:

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

Praia de Botafogo, nº 300, 4º andar

Rio de Janeiro, RJ

At.: Lúcio Otávio Ferreira

Telefone: (21) 2211-8000

Fax: (21) 2211-8032

E-mail: lucio.ferreira@agnet.com.br

iv) para a Instituição Mandatária, Depositária e Escrituradora das Debêntures:

BANCO BRADESCO S.A.

Núcleo administrativo "Cidade de Deus", s/n, Vila Yara

Osasco - SP

At.: Cassiano Ricardo Scarpelli - Departamento de Ações e Custódia (DAC)

Telefone: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474/2223-6464

Fax: (21) 2276-7435/2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

São Paulo – SP
CEP 01009-000
Telefone: (11) 3111-1400/3365-4925
Fax: (11) 3111-1563

vi) para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia:
Rua XV de Novembro, 275, 6º andar
São Paulo - SP
CEP: 01014-001
Telefone: (11) 3247-4824
Fax: (11) 3247-5260

4.8.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.8.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.8.2.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

5. DO RESGATE, RECOMPRA, VENCIMENTO ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1 Resgate Antecipado

5.1.1 Não haverá resgate antecipado das Debêntures, observado o disposto na cláusula 5.2 abaixo.

5.2 Recomprou Obrigatória

5.2.1 A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário para que convoque assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre o rebaixamento, em mais de 2 (dois) níveis (*notches*), da classificação de risco (*rating*) das Debêntures constante do respectivo anúncio de início de distribuição.

5.2.2 A notificação do Agente Fiduciário de que trata o item anterior deverá ser realizada pela Emissora em até 15 (quinze) dias após a ocorrência do evento.

5.2.3 Na assembléia geral de debenturistas, estes terão a opção de individualmente manifestarem a intenção de manter ou não a titularidade das suas Debêntures.

5.2.4 A Emissora se obriga a adquirir imediatamente a totalidade das Debêntures dos debenturistas que manifestarem a intenção em alienar suas Debêntures. As Debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal acrescido dos Juros Remuneratórios incidentes *pro rata temporis* desde a última data de pagamento até a data da efetiva recompra. Os debenturistas que se abstiverem ou não manifestarem interesse na recompra, manterão a titularidade das Debêntures.

5.2.5 As debêntures adquiridas pela Emissora na forma desta cláusula poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, bem como dos encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura,

não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;

- ii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, a Interviente Garantidora ou qualquer das Subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões reais) e que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura;
- iii) decretação de falência, pedido de auto-falência, pedido de recuperação judicial ou de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora, da Interviente Garantidora ou de qualquer das Subsidiárias, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, bem como a liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção da Emissora, da Interviente Garantidora ou de qualquer das Subsidiárias;
- iv) caso a Emissora e/ou a Interviente Garantidora esteja(m) em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

5.3.2 O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, quando aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e da Interviente Garantidora ou de qualquer Subsidiária não devidamente elidido no prazo legal, ou se a Emissora, e/ou a Interviente Garantidora ou qualquer subsidiária propuser

plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

- iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou a Interviente Garantidora, bem como alteração do controle acionário da Emissora ou perda do controle acionário (para um terceiro que não seja a Andrade Gutierrez S.A.) da Interviente Garantidora, direto ou indireto, e/ou redução, por qualquer meio, da participação societária da Emissora na Andrade Gutierrez Concessões S.A. (CNPJ nº 03.601.314/0001-38) ("AG Concessões") e/ou Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. (CNPJ nº 71.057.921/0001-39) ("AG Telecom") que resulte na participação societária da Emissora nessas sociedades em percentual inferior a 50% mais uma ação ou quota, conforme o caso, com direito a voto;
- iv) inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, a Interviente Garantidora ou qualquer das Subsidiárias, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura;
- v) protesto(s) legítimo(s) de título(s) de qualquer natureza contra a Emissora, a Interviente Garantidora, a AG Concessões ou a AG Telecom, cujo valor, isolado ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se (a) no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da indicação do protesto a Emissora, a Interviente Garantidora, a AG Concessões ou a AG Telecom, conforme o caso, tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (b) for cancelado, (c) for pago, ou ainda (d) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- vi) intervenção ou extinção, por qualquer meio, pelo respectivo Poder Concedente, de qualquer concessão, permissão ou autorização para prestação de qualquer serviço ou atividade integrante do objeto social de quaisquer Subsidiárias que representem, individualmente ou de forma agregada, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor de qualquer lucro, incluindo dividendos e juros sobre capital próprio,

distribuído à AG Concessões e/ou AG Telecom nos últimos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência do evento;

- vii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora e da Interveniente Garantidora e/ou de qualquer das Subsidiárias, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora, a Interveniente Garantidora e/ou qualquer Subsidiária de valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e desde que referido valor de referida perda não tenha sido prévia e integralmente provisionado pela Emissora, a Interveniente Garantidora e/ou qualquer Subsidiária;
- viii) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda pela Emissora ou qualquer Subsidiária, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 25% (vinte e cinco por cento) dos ativos consolidados da Emissora ou Subsidiária;
- ix) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou de suas Subsidiárias, cujo valor contábil unitário ou agregado seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;
- x) venda, cessão, transferência ou qualquer tipo de alienação, pela Emissora, pela Interveniente Garantidora, pela AG Concessões e/ou pela AG Telecom, de quaisquer bens do ativo permanente (exceto ativos registrados sob a rubrica "Investimentos") cujo valor unitário ou agregado durante 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e desde que tal venda, cessão, transferência ou qualquer forma de alienação não decorra do curso normal dos seus negócios;
- xi) redução do capital social da Emissora, da AG Concessões ou da AG Telecom, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo,

50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, reunidos em assembléia especial, conforme previsto no artigo 174, §3º, da Lei n.º 6.404/76;

- xii) recompra pela Emissora, pela AG Concessões ou AG Telecom de suas próprias ações para cancelamento, acima dos limites da Instrução nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, da CVM (na hipótese de recompra), quando aplicável;
- xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- xiv) concessão de qualquer garantia, por si ou por terceiros, ou constituição de qualquer privilégio a qualquer credor da Emissora sem que sejam estendidos os mesmos privilégios ou garantias às Debêntures;
- xv) alteração do objeto social da Emissora, da Interveniente Garantidora, da AG Concessões e/ou da AG Telecom, de forma que qualquer destas empresas deixem de atuar nos mercados em que atuam na data de celebração desta Escritura, ou realização de qualquer negócio não abrangido pelos mencionados objetos;
- xvi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou da Interveniente Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia geral; ou
- xvii) caso esta Escritura torne-se inválida, ineficaz ou inexecutável contra a Emissora e/ou a Interveniente Garantidora ou caso a exequibilidade desta Escritura seja contestada pela Emissora e/ou a Interveniente Garantidora ou, ainda, caso a Emissora e/ou a Interveniente Garantidora negue que tem responsabilidade sobre esta Escritura.

5.3.3 Após a realização da assembléia geral de debenturistas mencionada no item 5.3.2 acima, e desde que os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) decidam por autorizar o Agente Fiduciário a assim fazê-lo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, bem como dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer

outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.3.4 Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na presente cláusula, os respectivos valores de referência serão corrigidos pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

5.3.5 Para fins do disposto nesta cláusula 5.3, o termo "Subsidiária", no singular ou no plural, compreende, isolada ou conjuntamente, qualquer sociedade que possua patrimônio líquido em valor igual ou superior a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na qual a Emissora detenha, direta ou indiretamente, participação societária.

5.4 Aquisição Facultativa

5.4.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não inferior ao seu valor nominal unitário acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

5.4.2 O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures os seguintes documentos e informações:

- a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre social, acompanhada (1) de

parecer dos auditores independentes e (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- c) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;
- d) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, e alterações posteriores, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- e) notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais;
- f) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1 acima;
- g) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;

- i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento; e
 - j) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nas cláusulas 5.2 e 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência;
-
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela assembléia geral de debenturistas;
 - iv) convocar assembléia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
 - viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário e bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- xii) submeter, no mínimo anualmente, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, encaminhando, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores e/ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e ao Agente Fiduciário o respectivo relatório da agência classificadora de risco, que também deverá ser divulgado na página da rede mundial de computadores pertinente,;
- xiii) informar imediatamente à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- xiv) informar bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de todo e qualquer rendimento referente às Debêntures;
- xv) manter junto a companhias seguradoras que a Emissora entenda razoavelmente ser de primeira linha, os seguros relevantes para a manutenção de sua atividade principal, se for o caso; e
- xvi) tomar todas as medidas necessárias para:
 - a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões licenças, inclusive licenças ambientais, se for o caso, e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social;

- b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas subsidiárias;
 - c) pagar ou de forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras; e
 - d) estender as medidas listadas em (a), (b) e (c) acima para as sociedades sob seu controle; e
- xvii) retransmitir, em até um dia útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto no item 7.4 (xiii) abaixo.

6.2 A Interveniente Garantidora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes, bem como de atualização da tabela prevista no item 7.2 (v) abaixo;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada trimestre do exercício social, exceto o último trimestre, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período, acompanhada de parecer dos auditores independentes, bem como de atualização da tabela prevista no item 7.2 (v) abaixo;
 - c) informações sobre quaisquer descumprimentos da Interveniente Garantidora, de quaisquer cláusulas termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;



- d) dentro de 5 (cinco) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis; e
 - e) todos os demais documentos e informações que a Interveniente Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- ii) pagar ou, de outra forma quitar, quando devidos, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras, exceto se comprovado que tais obrigações foram exigidas por erro ou má-fé, ou se tiverem sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou se forem prestadas garantias em juízo quando discutidas judicialmente;
 - iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - iv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
 - v) sem prejuízo das demais disposições legais a respeito da divulgação de suas demonstrações financeiras, publicar, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, suas demonstrações financeiras trimestrais, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada trimestre do exercício social e em até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social, para o último trimestre do exercício, no mínimo na mesma forma e de acordo com os mesmos parâmetros utilizados em suas demonstrações financeiras anexas ao prospecto definitivo da Emissão, devidamente auditada ou revisadas, conforme o caso, por um dos seguintes auditores independentes: Ernest Young, PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG ou BDO Trevisan.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 O Agente Fiduciário declara:

- i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- iv) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e alterações posteriores; e
- v) ter verificado a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos debenturistas pela Interveniente Garantidora, observado a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 21, IX, da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 2003, da CVM, com base na situação patrimonial na data base de 30 de setembro de 2006, conforme descrita abaixo:

Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Realizável
(valores em R\$ mil)			
709.282	4.230.058	3.406.651	876.050

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento

que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature on the left, a large, stylized signature in the middle, and a smaller, simpler signature on the right.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, com envio à assembléia geral de Debenturistas à CVM e à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures de cópia do edital de convocação da referida Assembléia;
- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) aquisição facultativa, recompra obrigatória e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM;
 - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures; e
 - e) na bolsa de valores e/ou entidade de balcão organizado em que forem negociadas as debêntures.
- xiv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que esta deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;
- xv) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e

xviii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- a) à CVM;
- b) à CETIP e CBLC; e
- c) ao Banco Central do Brasil.

xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previsto no artigo 60 da Lei nº 6.404/76;

xx) verificar a manutenção da regularidade, da suficiência e da exeqüibilidade da garantia prestada;

xxi) verificar a observância e fazer cumprir a obrigação prevista no item 6.1 (xii), bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação atualizado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua veiculação; e

xxi) manter à disposição dos debenturistas cópia das demonstrações financeiras trimestrais completas da Interviente Garantidora relativas ao respectivo período, acompanhada de parecer dos auditores independentes, imediatamente após o seu recebimento da Interviente Garantidora.

7.5 Observadas as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e contra a Interviente Garantidora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;

- ii) tomar as medidas judiciais cabíveis contra a Interviente Garantidora, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- iii) requerer a falência da Emissora;
- iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- v) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iv) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (v) acima.

7.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas trimestrais de R\$6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida na data de registro da Emissão na CVM e as demais nas mesmas datas dos trimestres subseqüentes.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente nº 700-5 da agência nº 2766-9 do Banco Bradesco S.A..

7.7.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7 acima será atualizada anualmente a partir de 1º de janeiro de 2007, com base na variação

percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a

Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30(trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto da Lei nº 6.404/76 sobre assembléia de acionistas. A convocação se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar publicações, respeitadas outras regras

relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes na Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A assembléia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5 São consideradas "Debêntures em Circulação" as Debêntures que não se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou que não sejam de titularidade de seus administradores, de seus controladores, de suas coligadas ou de suas controladas.

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.8 A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.9 Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações (i) nos Juros Remuneratórios e/ou respectivas condições de pagamento, na amortização, nos itens que dispõem sobre vencimento antecipado, nos prazos das Debêntures, nos dispositivos sobre *quorum* previstos nesta Escritura e/ou nos itens sobre resgate e repactuação, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) na fiança prestada às Debêntures pela Interveniente Garantidora, conforme definido no item 4.5.4 acima, deverão contar com

aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

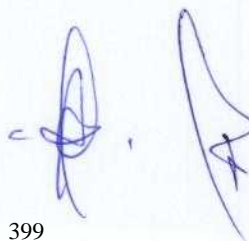
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes, exigidas pela legislação aplicável, em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- x) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros;

- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xii) as demonstrações financeiras combinadas da Emissora de 30 de setembro de 2006 e 2005, bem como de 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xiii) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

11.1 A Interveniente Garantidora declara e garante que:



- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interviente Garantidora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) a celebração desta Escritura e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- v) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures contêm todas as informações relevantes, exigidas pela legislação aplicável, em relação à Interviente Garantidora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Interviente Garantidora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- vi) as opiniões e análises expressas no prospecto em relação à Interviente Garantidora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

- vii) não há outros fatos em relação à Interveniente Garantidora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto relativa à Interveniente Garantidora seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;
- viii) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto sobre a Interveniente Garantidora são verdadeiros;
- ix) as demonstrações financeiras da Interveniente Garantidora de 30 de setembro de 2006, bem como de 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 representam corretamente a posição financeira da Interveniente Garantidora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xi) a Interveniente Garantidora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xi) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Interveniente Garantidora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



.....
.....
.....
.....
.....



12.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.3 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13. **FORO**

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

(assinaturas na página seguinte)

46

402

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

4

(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, da Andrade Gutierrez Participações S.A." celebrada entre Andrade Gutierrez Participações S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com a interveniência da Construtora Andrade Gutierrez S.A.)

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2006



[Signature]

**ANDRADE GUTIERREZ
PARTICIPAÇÕES S.A.**

Ricardo H. L. Campolina
Diretor

Por: *[Signature]*
Cargos: Diretor



[Signature]
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Por: *[Signature]*
Cargo: Gerente



[Signature]

CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.

Ricardo H. L. Campolina
Diretor

Por: *[Signature]*
Cargo: Diretor



Testemunhas:

1. *[Signature]*
Nome: *[Signature]*
RG.: 36070777-4 SSP/SP

2. *[Signature]*
Nome: *[Signature]*
RG.: 27.564.263-X SSP/SP



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: ED000035-3/000
DATA: 18/12/2006 PROTOCOLO: 064189180

#ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPACOES S/A#

[Signature]
MARCO ANTONIO
PRESIDENTE

[Signature]
MARINIA DE PAULA RIBEIRO
SECRETARIA GERAL